

# FERNANDO DO Ó E A EDUCAÇÃO: CONEXÕES COM O CAMPO RELIGIOSO DE SANTA MARIA

## *FERNANDO DO Ó AND EDUCATION: CONNECTION WITH THE RELIGIOUS FIELD OF SANTA MARIA*

Renan Santos MATTOS\*

**Resumo:** O campo educacional foi considerado como primordial nas disputas religiosas e filosóficas do final do século XIX e meados do século XX. Partindo dos conceitos de campo religioso e campo intelectual de Pierre Bourdieu, temos por tema de pesquisa a trajetória de Fernando do Ó e sua relação com o movimento espírita. Nesse sentido, o presente artigo analisa a proposta educacional de Fernando do Ó veiculada no jornal *Diário do Interior* no recorte de 1930 a 1940. Entende-se que tais posicionamentos permitem refletir tanto suas interpretações da sociedade quanto as concorrências existentes em tal contexto social.

**Palavras-chave:** Educação; Espiritismo; Santa Maria; Era Vargas.

**Abstract:** The educational field was considered paramount in religious and philosophical disputes of the late nineteenth and mid-twentieth century. Based on the concepts of the religious field and field of intellectual Pierre Bourdieu, we analyze topics for the trajectory of Fernando do Ó and his relationship with the spiritualist movement. In this sense, this paper analyzes the educational proposal of Fernando do Ó conveyed in the newspaper *Diário do Interior* cutout in 1930-1940. It is understood that such placements allow reflect both their interpretations of society as existing in such competitions social context.

**Keywords:** Education; Spiritism; Santa Maria; Era Vargas.

A pesquisa em torno do movimento espírita na cidade de Santa Maria revelou-se um canal privilegiado para pensar lutas, disputas e sentimentos de sujeitos históricos que evocam projetos de leitura da sociedade. Logo, ao abordarmos o processo histórico de desenvolvimento do espiritismo nessa cidade, bem como sua estruturação enquanto movimento organizado,<sup>1</sup> identificamos, a partir da trajetória de Fernando Souza do Ó, como esses grupos teciam suas lógicas, inventavam suas opções políticas, construía, pensavam e liam o mundo, bem como de que modo davam sentido aos interesses em jogo (CHARTIER, 1990; SILVA, 2012).

Ao privilegiarmos o texto escrito enquanto evidência do passado, vivenciamos uma definição de projeto de Espiritismo colocado em prática por um conjunto de membros que se definiu enquanto propagandista e especialista a falar da doutrina na cidade de Santa Maria no recorte temporal de 1930-1940. Assim, defendemos a hipótese de Fernando do Ó enquanto agente expoente, pois sua trajetória permite evidenciar os

---

\* Mestre em História – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Campus Universitário, Trindade, CEP: 88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: renansnatos@gmail.com

arranjos e configurações do mundo social em que se insere. O presente artigo trata das implicações no plano de políticas educacionais do Regime Vargas analisadas pelo autor no Jornal Diário do Interior.

Nesse percurso, a “escrita de si” mostra-se o aporte teórico em nossa perspectiva de dimensionar o sujeito de discurso, ou seja, o universo de quem escreve. Ângela de Castro Gomes (2004, p. 14) destaca que a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. Dessa maneira, estabelece como ponto de análise a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o historiador tem por objeto de análise a sensibilidade do autor, as construções de sentidos assumidos por quem escreve.

Ao mencionarmos disputas de poder e relações sociais, materializamos nosso referencial teórico a partir de Pierre Bourdieu e seus conceitos de *campo* e *habitus*. Para Pierre Bourdieu (2011), um campo é constituído de relações entre agentes e instituições que visam o acúmulo de capital e, logo, poder, com o intuito de conquistar o monopólio sobre o respectivo campo em que se encontram. Dessa forma, Bourdieu (2011) ressalta uma potencialidade de análise das práticas e representações religiosas, inserindo tais disputas simbólicas pelo poder, e o campo religioso definindo como lugar de tensões e espaço de luta.

Diante desse contexto de práticas e uma identidade espírita em construção, confrontamo-nos com a noção de *habitus* cuja função “é dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente ou de uma classe (BOURDIEU, 2001, p. 21)”. Dessa forma, o *habitus* enquanto o princípio gerador de respostas-ação diante exigências de um campo, é produto de uma história individual e coletiva. Ou seja, denotam os modos de ser e estar no mundo, julgar, agir e conceber o que está ao seu redor.

Logo, conforme Bourdieu, forja-se o “poder delegado do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido” (BOURDIEU, 1998, p. 87). Para o autor, esse discurso exige todo o reconhecimento de quem o exerce. Já o conceito de campo intelectual também de Pierre Bourdieu fundamenta nossa análise, considerando que a presença da liderança espírita num espaço leigo – o jornal. Dessa forma, o campo intelectual converge para produção de bens simbólicos, possibilitando problematizar a relação um autor e sua obra, dessa maneira, tal estrutura tenciona o autor e a sociedade.

Os integrantes do campo intelectual também correspondem à atuação de grupo, agentes e instituições especializadas, lançadas numa rede de interdependência funcional, contudo, cada configuração social tem sua própria lógica o que contribui de maneira distinta para a dinâmica do campo intelectual. A estrutura dinâmica do campo intelectual não é mais do que o sistema de interações entre uma pluralidade de instâncias, agentes isolados, que se definem por sua posição nesta estrutura (BOURDIEU, 2002, p. 31). Logo, o capital intelectual e seu acúmulo são fundamentais para a aquisição de poder e exigem tal reconhecimento.

Contextualizando Fernando Souza do Ó, inferimos sua pretendida inserção de intérprete de um tempo subjetivo e geracional. Em nosso trabalho, optamos pela colaboração junto ao periódico *Diário do Interior* no contexto de 1930 a 1939.<sup>2</sup> Envolvendo-se nos assuntos da cidade, discutindo questões de seu tempo, permeando pressupostos ligados à doutrina espírita e a sua formação acadêmica. Inicialmente, abordaremos aspectos biográficos e contextuais, e por fim apresentaremos o debate em torno da educação em que inferimos parte de um projeto na construção de um novo homem, inserindo-se nas disputas políticas e educacionais do regime varguista.

#### *Um líder espírita no espaço de disputa*

A cidade de Santa Maria localiza-se no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Sua origem está relacionada ao signo das missões jesuíticas. Com a instalação da Viação Férrea, entre 1880 a 1885, Santa Maria passou a simbolizar importante entroncamento ferroviário. Local de trânsito, de trocas culturais, condição essa que permitiu uma pluralização do espaço social e seus grupos políticos, étnicos e religiosos (BORIN, 2010).

É importante mencionar, segundo Marta Borin (2010), o processo de restauração católica em Santa Maria vivenciado na cidade a partir dos anos de 1930. Assim, segundo a autora, é possível relacionar mudanças no quadro religioso da cidade após os episódios da chamada revolução de 1930. Nesse sentido, o investimento em torno da devoção mariana a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças consolidou-se no cotidiano das famílias devotas desta importante cidade sul rio-grandense. E, partindo dos conceitos de capital de bens de salvação elaborados por Bourdieu, Borin (2010) atribui que o incentivo e o triunfo desta devoção mariana e sua promoção à padroeira do Rio Grande do Sul converge para plano das estratégias do clero a favor da legitimação da identidade católica no Estado e seu viés político.

Difundida nos meios operários, adquirindo importante significado para a diocese e para a população de Santa Maria, a devoção de nossa Senhora Medianeira demarcou um novo significado para a população e cumpriu os objetivos da Congregação Católica no que se refere à conquista de fiéis e ao reconhecimento de sua preponderância no espaço da cidade. Borin assim conclui:

[...] tal devoção esteve sempre sob o controle da hierarquia da diocese de Santa Maria e tinha um objetivo maior: legitimar o catolicismo como religião predominante na cidade e no Estado, conquistar e cristianizar a classe operária do Brasil e combater as ideias comunistas, principalmente entre os operários. Estes é que dariam o cunho popular à devoção pois, quando a piedade popular, no caso da devoção a Medianeira, ficava sob a tutela da Igreja, não era mais julgada como “excessivamente sentimental, ignorante e mágica”, mas necessária para afastar o povo devoto das ideologias contrárias ao catolicismo. (BORIN, 2010, p. 290)

A atitude do clero local, portanto, seguia as orientações do projeto restauracionista, na medida em se esforçava por construir uma devoção “popular”, cujo processo de regeneração social e controle aproximavam-se dos interesses do Estado brasileiro a partir de 1930. De fato, o governo Vargas correspondeu a uma nova aproximação entre a Igreja Católica e o Estado, tanto por propor uma moralização da nação quanto por resguardar as classes trabalhistas contra a influência das doutrinas comunistas e socialistas. Desse contexto, Borin apresenta-nos:

As iniciativas do clero santa-mariense contribuíram para que, nos anos de 1930, a Igreja conquistasse, também, o apoio do Estado Varguista, pois as instituições, Igreja e Estado tinham, naquele momento, interesses comuns: a *sacralização da sociedade* para manter os operários sob o controle do Estado. Assim, o clero de Santa Maria ia ao encontro da ideia motriz da Igreja católica a partir da Revolução de 1930: conquistar a *res publica como christiana*, na qual a obediência ao Estado e à hierarquia católica, aliadas à fé cristã, fossem objeto central da vida política e social. Isso ficou claro quando foram usadas as Encíclicas papais como documentos norteadores da administração pública, junto ao Ministério do Trabalho e dos Círculos Operários (BORIN, 2010, p. 296).

Por outro lado, a resistência liberal manteve sua atuação incisiva diante das pretensões católicas de aproximações com o regime político varguista. E tal disputa conjugou diferentes estratégias na tentativa contenção das pretensões católicas de mobilização da sociedade. Marta Borin (2010) infere que, apesar do fortalecimento da presença do catolicismo, a polarização permanecia, e indica possibilidades de análise. Nesse sentido, as configurações sociais entre católicos e as demais confissões religiosas

da cidade incitam abordagens e questionamentos. É sob esse argumento que justificamos o estudo acerca da vida de Fernando do Ó.

Fernando Souza do Ó nasceu em 30 de maio de 1895 na cidade de Campina Grande no estado da Paraíba. Diante desses fragmentos, nos remontamos a 1911, quando Fernando contava 15 anos de idade, e, como voluntário, ingressou na companhia de Caçadores no estado do Mato Grosso, escolhas que o colocaram em situação migratória, deixando Campina Grande e chegando a Santa Maria na graduação de 3º Sargento em 1913, sendo designado para a tradicional Organização militar – o 7º Regimento de Infantaria. Ao mesmo tempo, outro aspecto, de sua vida, seria de suma importância no contexto de redes de afetividades e afinidades.

A situação solitária, numa cidade distante, implicava a rotina de Fernando do Ó. Um exemplo refere-se ao fato de que Fernando realizava todos os dias suas refeições na pensão da Dona Honorina Nunes Pereira. Nesse ambiente, conhece Maria Altina, uma das filhas da pensionista, que servia as mesas no estabelecimento. Logo, o casal teria sua vida modificada. Em 1913, enfim, Maria Altina e Fernando do Ó oficializam o compromisso mediante o noivado. E, logo após disso, Fernando deslocou-se para a região do Contestado no intuito de combater tal movimento juntamente com 2º Sgt João Batista Albuquerque.

O retorno para Santa Maria em 1915 traria novos percursos. Assim, em 31 de julho de 1915 casar-se-ia com Maria Altina. Surgia assim a Família do Ó, constituída de uma prole de onze filhos. Os percursos difíceis ainda seriam constantes.

O mesmo 1915 representou outro evento marcante de sua trajetória. Ainda Sargento, passou a fazer parte da Loja Maçônica Luz e Trabalho. Como já destacado anteriormente, a polarização e tensão inseriam-se nessa lógica de atuação movimento Maçônico de cunho anticlerical. Por fim, outro aspecto da trajetória de Fernando do Ó incita algumas considerações: sua formação acadêmica e inserção no cenário intelectual dos anos de 1930-1940.

Nesse sentido, ressaltamos indícios de uma identidade em construção e amplamente divulgada nos meios espíritas de Santa Maria: “Fernando do Ó não se contentava em trabalhar apenas para sustentar a numerosa família, tinha ânsia de sabedoria e cultura, por isso estudava com afinco e perseverança. Era autodidata” (CORRÊA, 2004, p. 35). Em outro trecho, em referência ao gosto literário do autor, Corrêa afirma: “Fernando do Ó foi um autodidata. Estudava tudo o que o podia, sua sede de saber era interminável. Ele gostava de escrever e trazia uma ‘inata’ propensão a literatura” (CORRÊA, 2004, p. 37).

O ano de 1932 redimensiona sua inserção social no espaço da cidade. Após a conclusão do curso de Direito na Faculdade de Pelotas, surgia, então, o Doutor Fernando do Ó. Iniciava-se, assim, segundo Corrêa (2004), uma trajetória de sucesso na “ciência do Direito. Após seu licenciamento e transferência para a reserva em 1934, no posto de 1º Tenente, atuou principalmente nas áreas civil e criminalista. Em 1940, participou da fundação da Sociedade Rio-Grandense de Criminologia, sendo presidente da 6ª Subseção da Ordem dos Advogados nos anos de 1940.

Ao tomarmos como referência o argumento de Corrêa, há um enquadramento de memória - retomando o termo de Michael Pollak.<sup>3</sup> Corrêa esclarece sobre a carreira de Fernando do Ó:

Fernando do Ó lotava as galerias do Fórum quando atuava nos júris, dada a sua oratória e sua eloquência que o tornava como um gigante na tribuna. Como advogado primava só por defender causas justas. Combatia com veemência o crime, mas não o criminoso, pois dizia que o crime sempre é uma circunstância e que a criatura humana, por essa condição e pela ignorância está sujeita a errar e a delinquir. Embora seu brilhantismo profissional, não fez fortuna, porque doava quase tudo que recebia e a maioria dos casos defendia gratuitamente (CORREA, 2004, p. 36).

Outro episódio interessante refere-se à greve de 1936, quando um grupo de ferroviários procurou Fernando do Ó a fim de consultar sobre a proposta do general Flores da Cunha acerca do fim da greve. A posição do advogado foi a de que eles “deviam confiar na palavra honrada do governador do Estado, pois que o mesmo sempre fora um grande amigo dos ferroviários”. A imprensa reafirmava a presença do ilustre advogado nos assuntos da cidade; assim, “o Dr. Fernando do Ó, com o seu parecer, concorreu patrioticamente para a cessação da greve” (Diário do Interior, 1936, p. 2).

Não obstante tal inserção no mundo jurídico, evidenciamos sua presença no cenário cultural e letrado da cidade de Santa Maria.<sup>4</sup> Como jornalista, colaborou com diversos jornais do Rio Grande do Sul e de outros estados, além da atuação permanente na imprensa espírita. Em nosso trabalho sobre a cidade de Santa Maria, optamos pela colaboração junto ao periódico Diário do Interior no contexto de 1930 a 1939.

Sua produção literária inclui sete romances espíritas entre 1930-1960: *A dor do meu destino*, *E as vozes falaram*, *Almas que voltam*, *Marta*, *Apenas uma sombra de mulher*, *Alguém chorou por mim* e *Uma luz no meu caminho*. Peças teatrais e críticas literárias faziam parte de seu cotidiano. Por outro lado, é a sua vivência peculiar para a

divulgação e defesa da doutrina espírita em Santa Maria comumente lembrada. Como constatamos em texto de Edmundo Cardoso:

O Espiritismo lhe deve, sobretudo, uma faceta de rara importância e robustez indizível: doutrinador vigoroso, firme e inabalável, dono de convicções admiráveis e contagiantes, numa perenidade de propósitos que lhe dava uma posição ímpar e brilhante na doutrina de Kardec. Respeitado, consultado, atuava como árbitro fiel, justo e apontador dos rumos. Legítima e incontestável figura apostolar, para melhor identificação do homem dentro de sua religião (CARDOSO, 1978, p. 233).

Espírita engajado, Fernando do Ó empreendeu um estudo sistematizado da doutrina elaborada por Allan Kardec, atuando incisivamente na cidade de Santa Maria. Denominando-se como “propagandista”, participou juntamente com Otacílio Aguiar, na fundação de diversas instituições espíritas, tais como em Sociedade Espírita União Luz e Caridade (1929), Sociedade Espírita Discípulos de Jesus (1940), Sociedade Espírita Oscar José Pithan (1949).

Sua posição de destaque pode ser constatada na nota a seguir:

Perante grande assistência realizou-se ante-hontem na sede da Aliança Espírita Santamariense, a Sessão de Comemoração da morte de Allan Kardec. A sessão foi prestigiada por Octacílio de Aguiar. Falou o tenente Daniel Cristovão. Depois usaram a palavra o Sr. João F. Souza, Aristídes Lemos e Fernando Souza do Ó. A este último foi oferecida uma pasta em sinal de gratidão da família espírita pelo muito que tem feito pela doutrina espírita (Ó, 1933, p. 1).

Nessas rápidas considerações biográficas, pretendemos inseri-lo no âmbito resistência liberal que atuava na cidade diante das pretensões católicas de aproximações com o regime político varguista. Buscamos evidenciar a resignificação de elementos do pensamento liberal e anticlerical, tais como: liberdade religiosa, livre consciência e ensino laico. E, partindo da preocupação de como suas ideias representaram uma estratégia de inserção para o movimento espírita na cidade de Santa Maria, nesse artigo, analisaremos a perspectiva educacional defendida por Fernando do Ó.

#### *A proposta de Educação de Fernando do Ó e o governo Vargas*

Segundo Abreu (2007), o período Vargas é comumente revisitado pela historiografia em seu sentido de ruptura entre o Brasil arcaico e Brasil moderno. Dessa maneira, enfatizam-se as rupturas em detrimento das continuidades tendo em vista a ascensão de um projeto de nacionalização homogêneo. Por outro lado, ainda conforme

Abreu, é preciso analisar tal contexto de forma plural, levando em conta os diferentes agentes envolvidos nos distintos projetos de nação.

A partir desse referencial, Luciano Aronne de Abreu (2007, p. 173), partindo de Boris Fausto, aponta que “a Revolução de 3 de outubro não foi a expressão de uma oposição radical entre os interesses agrários e industriais, pois havia uma complementaridade entre esses setores”. Logo, define o presente regime nos seguintes termos: “pode-se afirmar que a formação de um Estado de Compromisso não ocorreu durante o chamado Governo Provisório, mas se estendeu por toda a Era Vargas, sendo uma de suas principais marcas” (ABREU, 2007, p. 173-174). É possível relacionar o apoio de diferentes segmentos da sociedade, tais como o Exército, as oligarquias estaduais, as classes produtoras, a Igreja e os integralistas.

Não cabe aqui esmiuçar o processo revolucionário de 1930, as especificidades do golpe de 3 de outubro de 1930 e toda sua historiografia.<sup>5</sup> Entendemos, conforme Ângela de Castro Gomes (2000), que a “Revolução de 1930” – trazendo grupos distintos de militares e oligarquias dissidentes – trouxe à cena política novos atores e sujeitos, entre os quais estava o próprio Getúlio Vargas. Após a tomada do poder, Vargas iniciou o processo de transformação político-institucional, redimensionando o poder intervencionista do Estado, ainda que rodeado de momentos de crise e tensões, como os movimentos do estado de São Paulo, em 1932, os embates na Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, e, no período subsequente, a atuação e reformas da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, e o Integralismo, em 1938.

Segundo Gomes (2000), a consolidação do governo teve como bases a “força militar e consciência político-ideológica” de “uma proposta de Estado autoritário e corporativo, cujo chefe acabou por ser Getúlio Vargas”. Nesse sentido, Gomes afirma que todos esses elementos permitem inferir de que a “Revolução de 1930 só foi o primeiro passo para o Estado Novo”, pois, assim o desejavam os ideólogos do regime que, nesses termos, “sagravam tanto o destino centralizador de nossa história política como a grandeza de sua liderança” (GOMES, 2000, p. 516). Portanto, o período que vai de outubro de 1930 a novembro de 1937 pode ser caracterizado por conflitos e negociações que culminaram com a supressão dos aparatos legais entre governo e povo com a instalação do Estado Novo. Um regime, que em essência, “negava a ideia de uma sociedade fundada no dissenso, postulando a tendência à unidade em todos os aspectos” (GOMES, 2000, p. 516).

O recorte de 1930 a 1945 também coincidiu com um conjunto de mudanças na forma de entender e conceber a educação. Os percursos inaugurados a partir da década

de 20 fomentaram acirrado debate acerca do papel da educação. Envolvendo inúmeros agentes e projetos, o ideário de educação como propulsora do progresso agregou essa dimensão como elemento fundamental da reconstrução nacional e da promoção social de um novo homem. Nessa lógica, “todos esperavam, cada qual à sua maneira, que o Ministério da Educação desempenhasse um papel central na formação profissional, moral e política da população brasileira, e na constituição do próprio Estado nacional” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 17).

É importante destacar que as primeiras décadas do século XX caracterizam-se por importantes definições no campo educacional. Assistiu-se uma série de eventos significativos, como a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, evidenciando as disputas em torno da educação pelos educadores, a organização do Ministério dos Negócios, da Educação e Saúde Pública, em 1931; e a promulgação da Constituição de 1934, instituindo o Plano Nacional de Educação, garantindo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar; e a proposição de inúmeras reformas nesse sentido.

Nesse percurso, testemunhou-se a organização de um movimento denominado de *Escola Nova*, em favor de ideais liberais, como escola pública para todos, gratuita e laica, em colisão com o tradicionalismo pedagógico defendido pela Igreja Católica. Portanto, temos elementos de aproximações do campo religioso com o educacional. Seriam essas duas vertentes de pensamento que estariam presentes nos debates sobre a educação na década de 1930, e dimensionam a pluralidade de interesses e disputas em torno da educação institucionalizada.

Em artigo intitulado *A Política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto*, Simon Schwartzman (1986) evidencia a presença da religião e o pacto firmando durante a Era Vargas. Ao discutir o sentido da expressão “educação nova”, estabelece a dicotomia e as disputas pedagógicas entre reformadores e católicos. Nesse sentido, ressalta que os reformistas traziam como os princípios pedagógicos a liberdade, a atividade e originalidade no processo de ensino, em oposição ao modelo tradicional respaldado na memorização. Os renovadores, como ficaram conhecidos os educadores que aderiram ao movimento escola novista, trouxeram suas reivindicações, em 1932, em documento que ficou conhecido como *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, tendo como liderança Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores. Entre suas propostas, o *Manifesto* defendia a escola pública, laica, gratuita e obrigatória, como forma de reivindicação a um plano nacional de educação, redefinindo os debates no campo educacional e influenciando várias regulamentações educacionais. Saviani

(2004, p. 35) ressalta importância do manifesto, devido sua influência na teoria da educação, na política educacional e na prática pedagógica.

Já os grupos católicos asseveravam o ensino da doutrina religiosa na escola, a separação entre os sexos nos espaços escolares, o ensino particular e a responsabilidade da família quanto à educação. O que levou à ruptura dos chamados grupos conservadores. Nesse sentido, é possível relacionar a emergência de grupos e instituições gerenciadas pelo laicato católico com o objetivo de auxiliar na ação político-religiosa da Igreja rumo à sua “restauração” no seio da sociedade brasileira, viabilizando novos atores e espaços sociais. Assim, surgiam no Rio de Janeiro o *Centro Dom Vital*, a revista *A Ordem* e na década de trinta a *Liga Eleitoral Católica* e a *Confederação Católica Brasileira de Educação* (CCBE). Essas instituições tinham o objetivo de combater os anticlericais e de divulgar aos brasileiros as ideias advindas do clero, inaugurando a militância dos grupos católicos.

Sobre esse contexto temos uma produção vasta. Destacamos as reflexões de Sérgio Miceli (2001), que revelam as ações da Igreja Católica no intuito de ampliar sua influência na sociedade, particularmente através da “criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos”, elegendo como ponto primordial a educação e a cultura. No mesmo sentido, no livro intitulado *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*, Artur Isaia (1998) corrobora ao afirmar que a igreja ao priorizar como alvo os detentores do poder, ou seja, as elites, será a educação o campo de concentração e esforço, capaz de orientar uma geração em torno de suas causas e lutas.

Além disso, no já citado trabalho, Artur Isaia (1998) ressalta que o apoio concedido por Dom João Becker configurou-se a partir de questões comuns em relação à construção da nacionalidade, combate às influências ideológicas externas e controle sobre as classes trabalhadoras. Logo, o cerne do apoio da Arquidiocese de Porto Alegre ao governo varguista inseria-se em um universo complexo, respaldando-se na ideia de que o estadista seria o único capaz de conduzir a regeneração social do povo brasileiro. Dessas conexões entre política e expectativa religiosas, Isaia faz menção a esse elogio ao corporativismo e autoritarismo harmônico por parte de Dom João Becker.

Alcir Lenharo (1986) também evidencia que o projeto de Vargas estabeleceu a religião como instrumento de dominação. O ideário de nação católica, nessa lógica, atendia o pressuposto de construção do Pai da nação em uma perspectiva cristã. Logo, segundo Lenharo:

O chefe encaminha o seu povo, preservando-o da dissolução e evitando modificações na sua estrutura. Do amor a esse chefe derivam todas as exigências e objetivos do indivíduo. O chefe, por sua vez, seria o pai, que ama igualmente a todos os seus. E a Pátria, a mãe comum. (LENHARO, 1986, p. 46).

Sob a liderança dos mineiros Francisco Campos (1931-1934) e Gustavo Capanema (1934-1945), no Ministério da Educação ocorreram reformas de ordem organizacional, buscando conciliar diferentes projetos educativos, oriundos de grupos sociais diversos (Igreja, exército, burguesia, elite agrária e os intelectuais). Em 1931, ocorreram algumas rupturas, como a adoção do regime universitário; o ensino secundário foi dividido em dois ciclos: um fundamental, de 5 anos e outro complementar, de dois anos para determinadas carreiras, e condição obrigatória para o ingresso no ensino superior; também verificou-se a criação do ensino comercial (ensino médio profissionalizante). O ensino primário elementar e o ensino normal, por sua vez, ficaram sob a tutela dos Estados.

Segundo Andreotti (2006), a reforma do ensino secundário responderia a demanda de procura das camadas médias em expansão e era o canal de acesso ao ensino superior. Por outro lado, o cenário de oferta ainda era irregular, a maioria das escolas secundárias, destinadas a crianças e jovens de 12 a 18 anos, até meados dos anos 40, estava vinculado à iniciativa privada e seu programa apresentava vasta abrangência de conteúdos, um sistema rígido de avaliação e a obrigatoriedade de um exame de admissão, afastando boa parte da população que não se via representada nessa escola, o que não deixava dúvidas sobre o caráter elitista desse grau de ensino e o aspecto seletivo da trajetória escolar.

Ainda Andreotti (2006) afirma que, nos anos da década de 40, Gustavo Capanema, Ministro da Educação entre 1934 e 1945, empreendeu reformas significativas denominadas *Leis Orgânicas do Ensino*, inserindo o ensino industrial, reformando o ensino comercial e criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, desencadeando também, mudanças no ensino secundário, estruturado em dois ciclos: o primeiro correspondia ao curso ginasial, com quatro séries e o segundo, ao curso clássico, científico e normal.

Por outro lado, o investimento na educação trazia o princípio central do Estado Vargas, logo a estrutura educacional atrelava-se à “formação de almas cidadãs e patrióticas”, o que Carlos Monarcha (1999) define como “Getulização” do ensino. Segundo Alves (2010), essa identidade ocorreria com um grupo de indivíduos que habitam um mesmo território, falam a mesma língua, têm histórias e tradições comuns e

que, sob a tutela do Estado, almejam a defesa, a unidade nacional, a ordem, a civilização e o progresso.

Xavier (2005) aponta que durante o Estado Novo a educação nacional foi submetida ao mais alto grau de centralização, sobretudo de caráter normativo, exacerbando os dispositivos e tendências já presentes na Carta de 1934, tornando-os, ao longo do tempo, extremamente burocráticos e formais. Assim, segundo a autora, a carta constitucional de 1937 atribuía ao Estado uma função supletiva, determinando a este o dever de suprir a demanda por educação apenas onde faltassem os recursos necessários à educação em instituições particulares.

Assim, o projeto de integração nacional e de reconstrução de uma nova ordem política e econômica convergia para a construção de um Brasil moderno. Logo, ressaltase a emergência de estratégias no sentido de controle e disciplinarização. Segundo Alves (2010), a estrutura de poder em suas instâncias, como por exemplo, o Ministério da Educação e da Saúde Pública e de seus departamentos almejavam uma política pública educacional estatal com o intuito de ordenar e disciplinar a juventude brasileira. Nas palavras de Schwartzman (2000, p. 83), o sucesso de tal política relacionava-se à “adoção de símbolos a serem cultuados, mitos a serem exaltados e proclamados, rituais a serem cumpridos”.

A educação assumiu a incumbência de educar e de “formar o homem brasileiro”, logo, a educação funcionava como instrumento para imprimir a “unidade espiritual” e promover a formação do novo homem brasileiro e da nacionalidade. Nessa lógica, a escola pública brasileira inseriu a moral e cívica com o intuito de atender tal perspectiva educacional. Para Horta (1994), tais mudanças representaram uma estrutura educacional peculiar vinculada à postura autoritária do governo.

No mesmo sentido, Bomeny (1999) destaca a importância do desenvolvimento do campo educacional, sobretudo, após Gustavo Capanema assumir o Ministério da Educação. Assim, a autora afirma:

Em sentido especial, a educação talvez seja uma das traduções mais fieis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outro, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos aos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados (BOMENY, 1999, p. 139).

O interesse de Fernando do Ó por questões relativas à Educação pode ser constatado a partir de suas proposições de ensino gratuito, público e laico por ocasião da constituinte de 1934.<sup>6</sup> Uma primeira interpretação estabeleceria tal relação como um projeto complementar de sua atuação como propagandista do Espiritismo e de crenças liberais, porém a questão do ensino, tratado somente a partir da dicotomia católica versus grupos liberais, revela um elemento delimitador. Nesse sentido, é preciso problematizar a abordagem da história da educação acerca de quem compunham esses grupos liberais, já que, apesar de nuances e contradições, a campanha em favor do ensino leigo acabou congregando diferentes tendências filosóficas e religiosas como maçons, positivistas, espíritas e protestantes. Dessa forma, nossa análise pretende pensar as proposições assumidas por Fernando do Ó enquanto voz e agente de espaços de socialização bastante diversificados e inseri-lo nas discussões do presente contexto, de modo a perceber uma proposta de política de educação enunciado em seu discurso.

Assim, em texto escrito em 1931, vemos o significado que tal perspectiva assume:

A grandeza de um paiz não se infere apenas de suas potencialidades economicas mas também pelo grau de instrução já o dizia o conselheiro de Acacio. O Brasil tem um dos maiores recursos materiais do mundo, entretanto é um Estado pobre, inculto, onde se morre de fome e sede. Sem cultura, sem instrução não há povo feliz – há nações desgraçadas (Ó, 1931, p. 3).

Fernando do Ó tem uma leitura acerca de garantias que o Estado oferece e considera inadequada a prática dos agentes políticos. No mesmo texto, por sua vez, o autor enfatiza as possibilidades engendradas pela educação como forma de promoção e ascensão social na vida das pessoas oriundas das classes menos abastadas:

De uns tempos pra cá, o estado benemerito tem encaminhado o problema para uma solução mais justa e equitativa. É uma verdade. Mas acontece que aquela, que o pobre recebe, que lhe poderia dar acessos a posições mais altas, colaborando assim com a administração publica como acontece nas verdadeiras democracias, onde o povo tem contato direto com os negócios públicos, morre, na sua gratuidade, no termo de um curso elementar, após ingentes trabalhos, sacrifícios de toda sorte (Ó, 1931, p. 3).

Por outro lado, detecta as limitações de acesso a cultura letrada ao povo operário:

Si o pobre quizer seguir uma carreira científica, ingressar numa escola Superior, onde os horizontes se dilatam e o espirito tem as sensações das descobertas que o torturaram o gênio da humanidade, - o Estado assalta-lhe a bolsa vasia, embarga-lhe o passo, exigindo-lhe uma contribuição desanimadora que o infeliz jamais conseguirá satisfazer. Em consequência, o filho do povo, aquele que tem só a seu recurso os seus braços, está, ipso facto, condenado a uma instrução elementar. (Ó, 1931, p. 3).

E complementa tais posicionamentos quando escreve:

Um povo só é digno de si mesmo quando se integrou na própria consciência de sua liberdade e de seus direitos. E essa integração não se dá onde a massa é inculta, incapaz e lhe falta estímulo ou lhe escasseia o incentivo para realizações superiores. Instrução, cultura e justiça são os alicerces onde assenta a grandeza de um povo. Deem Justiça ao povo e deem instrução ás massas, e nada, embargará, o progresso da nacionalidade (Ó, 1931, p. 3).

Temos uma leitura sobre harmonia e conflito, os condicionantes de descontentamentos, de revolta e da anarquia. Segundo o autor, a sociedade deveria primar pelos que anseiam a promoção social pela educação de modo a evitar a tensão social, como constatamos:

Sejamos, pois, pelos que nada teem, mas que querem subir dignificando a sua terra e sua gente. Ademais, os interesses da coletividade devem se sobrepor aos interesses da maioria, de uma insignificante minoria. Desgraçada a sociedade aquela em que na distribuição do direito fique cherando de fome e sede por justiça (Ó, 1931, p. 3).

A conclusão de Fernando do Ó, por ocasião do surgimento das Escolas Complementares, e sua manifestação a favor da equiparação das avaliações propostas, atrela-se a uma cultura desprivilegiada e distante de suprir as necessidades básicas. A sua visão sobre direitos fundamentais revela-se um interessante tempo de expectativa em relação às reformas de 1931:

É uma era da paz, de amor e de fraternidade, de justiça, e de equidade que desponta no horizonte da pátria para a felicidade daqueles que tiveram seus direitos espezinhados e suas liberdades conspurcadas. E, não será, numa hora como a que vive a nacionalidade, em que a justiça se faz sentir em todos os quadrantes do Brasil, que o Governante do Rio Grande do Sul cerre os ouvidos aos reclamos daqueles que querem justiça, pela inteligência e pela cultura, uteis a família, a sociedade e ao paiz (Ó, 1931, p. 3).

Nesse conjunto de textos é possível inferir suas propostas em torno da gratuidade, incentivo, acesso e compromisso do estado acerca de ensino secundário e universitário, e deu sequência a suas posturas laicistas e letradas. Nesse percurso, percebemos as inquietações ao contexto anterior da constituinte de 1934 e a necessidade de construção de uma política de governo em relação aos assuntos educacionais.

Uma nova cruzada educacional inicia-se a partir de 1935, em que se consolidam críticas à gestão de Capanema. Nesse sentido, o autor propõe uma alternativa para as dificuldades enfrentadas pelos municípios e o estado nacional. Fernando do Ó relata, em artigo de 12 de dezembro de 1935, que, em conversa com Dilerman do Porto, teve a ideia de um projeto educacional para a cidade: “Ocorreu-me revelar o sonho que há muito venho alimentando, qual o de fundar, com o auxílio dos que se prestam pelo progresso Cultural de Santa Maria, uma faculdade de Educação, Ciências e Letras” (Ó, 1935, p. 1).

Em seu discurso, o advogado argumenta que sua posição sobre a criação da instituição em ascensão em todo o país decorre de dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, considerando a posição estratégica da cidade, e por outro, ao amor que carrega pela terra de seus filhos. Por fim, apresenta o programa das disciplinas e a duração de três anos do curso, sendo o ingresso a partir das Escolas Complementares:

- Sociologia Geral e particular;
  - Sociologia Pedagógica formal e aplicada;
  - Sociologia Educacional formal e aplicada
  - Psicologia – fenômenos basilares, funções gerais da consciência, factos representativos, a atividade representativa espontânea, factos affectivos, actos affectivos espontaneos e actos affectivos elaborados;
  - Lógica Formal, aplicada e criotorologia
  - História da Literatura
- (Ó, 1935, p. 1).

Esse projeto ganhou proporções significativas a partir da própria atuação de Fernando do Ó, e tal propagação rompeu as fronteiras municipais e atingiu o estado quando o intelectual apresentou tais ideias no jornal *Correio do Povo*. Segundo o próprio Fernando do Ó, se num momento anterior tal proposta, “não logrou a ideia de se impor”, tal quadro modificou-se quando o benemérito governador cogitou fundar, na capital do Estado, uma faculdade de “Educação, Ciências e Letras” (Ó, 1935b, p. 1).

Fernando do Ó, dessa maneira, passou a argumentar a importância da instalação do que denominava Instituto de Ensino e Cultura, e enfatizou esse espaço capaz de propiciar a liberdade do sujeito e ampliar suas visões de mundo, portanto, não restrito a aspectos profissionais do magistério:

Fora daí não há endereços exactos, determinados na actividade intelectual do alumno, senão de tornar-lhe uma cultura solida e brilhante, em que os maiores problemas da humanidade sejam tratados com a desenvoltura exigida. Nós nos felicitamos pela vitória da ideia que em primeira mão, lançamos no estado. Quizeramos que ella se tornasse realidade dentro dos muros desta cidade, mas basta-nos a satisfação de vel-a em triunfo na capital do Rio Grande (Ó, 1936c, p. 1).

Essas propostas favoráveis, por outro lado, omitem uma posição extremamente incisiva e controvertida acerca das estratégias assumidas pelo governo, rompendo com o até então demonstrado. Isso fica claro quando o autor escreve:

Alphabetizar as massas já é uma grande cousa num paiz como o nosso em que o contingente de analphabetos é compacto e assustador. Mas limitar a actividade da crusada a esse único desiderato é fazer obra incompleta, imperfeita, defeituosa. O plano deve ser traçado de modo a ser atacado o problema em todas as suas faces. A medida que se iniciar o combate ao anaphalbetismo, outras frentes da grande questão não podem ser despresadas (Ó, 1936b, p. 1).

Entre os pontos suscitados, presenciemos a sugestão acerca de investimentos de ensino no mundo rural, dessa forma, detectou a impossibilidade de êxito, tendo em vista o sistema caduco das escolas rurais. Apontando como cerne de tais problemas os aspectos pedagógicos: “Enquanto persistir a na applicação de methodos que a Pedagogia e os ensinamentos da sociologia condenam formalmente por obsoletos e inúteis, nem daqui a cem annos teremos dado cabo ao analphabetismo, mormente entre as populações do campo” (Ó, 1936b, p. 1).

O autor passou a demarcar as diferenças sociais entre campo e cidade. Defendendo a ideia de uma espécie de predisposição da cidade para os espaços institucionais da educação, podemos perceber o exagero de atribuição ao poder público no espaço rural:

Na zona rural é diferente o processo. O Estado é ahi é que vai buscar a população camponeza, é o inverso do que se passa nos centros urbanos. O poder publico chamma, congrega, coordena, orienta a massa, despertando-lhes faculdades adormecidas, provoca por todos os meios os contactos indirectos pelos múltiplos systemas de comunicação do pensamento (Ó, 1936b, p. 1).

Fernando do Ó apresenta uma leitura progressista da sociedade, vinculando a construção nacional de um novo homem aos moldes dos processos ocorridos no meio produtivo. Como podemos perceber:

Porque a escola Rural será uma causa onde as preocupações do trabalho braçal, como um castigo, se acabará para ahi nascer, a vontade do trabalho consciente e mil vezes mais produtivo, de vez que o trabalhador instruído produzira tanto quanto dez obreiros analfabetos. Como o trabalho escravo no Brasil foi um entrave para o seu desenvolvimento economico, o trabalho analfabeto será, ainda, por muito tempo entre nós, deficiente, falho, imperfeito e retardado (Ó, 1936c).

Esses questionamentos tornam-se ainda mais elucidativos quando evidenciam a sua compreensão da relação sociedade e educação:

Si o homem só pode viver em sociedade, e quanto maior o âmbito de suas actividades, o meio social, mais se desenvolvem as suas faculdades e mais accessiveis se lhe tornam os conhecimentos, quanto mais desenvolvida for a organização escolar mais se accentuam no homem o desejo de nivelar-se a aqueles que atingiram postos elevados em todos os ramos do conhecimento (Ó, 1936c).

Reforçando sua ideia sobre a importância do ensino para o progresso humano, apresenta suas críticas nos seguintes termos:

A reforma do ensino secundário e universitário impõe-se tanto pela campanha contra o analfabetismo se impoe no meio camponez. A começar pelas Escolas fornecedoras de professores, de certificados de exames preparatórios, até as salas das Escolas Superiores. O Curso de Humanidades, hoje em dia, é um simples atestado de que os cidadãos estão apto a entrar na universidade (Ó, 1936c, p. 1).

É possível constatar, dessas palavras, importantes indagações lançadas por Fernando do Ó acerca das reformas colocadas em prática pelo poder público. Entre esses aspectos, um ponto destacado refere-se à padronização do curricular, elemento, segundo o autor, que ampliam as dificuldades enfrentadas diariamente. Como o autor enfatiza:

Ninguém sabe por que methodo ou autorhia de estudar esta ou aquella serie. Por que o pendantismo do autor nacional e também estrangeiro, para acabarmos com o feio vicio de affirmar que só o que é nosso é que não presta, acha que deve explicar esse phenomeno ou aquelle por meio desta ou aquella lei. E da divergência veem a paixões que empolgam professor alumno. E no fim ninguém se entende, e para não prejudicar o alumno, dá-se-lhe uma nota que dê, ao menos, para passar na tangente (Ó, 1936c, p. 1).

Ao perceber esses problemas que atingem a organização estrutural das escolas, Fernando do Ó sugere:

Alias já disse a S. Excia [Capanema] em carta, em resposta a um gentil telegrama que me dirigiu – ataque o problema simultaneamente

na campanha – com integração da Escola Rural e nas escolas com reformas do ensino secundário e universitário, moralizando-os e fiscalizando-os, ao mesmo tempo que lançando nos Estados a ideia de Institutos de Educação (Ó, 1936c, p. 1).

Ainda nesse cenário, destacamos seus posicionamentos acerca da constituição de 1937 e o ensino no Rio Grande do Sul. Dessa maneira, afirma que a constituinte do Estado Novo é uma das mais adiantadas do mundo ao prever o amparo e acesso ao ensino das famílias que não tenham condições. Por outro lado, evidencia os problemas de gestão entre governo federal e estadual que dificultam a concretização de tais pressupostos. Logo, assevera seu tom de denúncia em torno do Estado do Rio Grande do Sul e sua omissão em atender uma das grandes finalidades do estado novo que “é o de cuidar do desenvolvimento physico, moral e intelectual e intellectual de sua infância e juventude, os homens com que a Pátria contará amanhã” (Ó, 1937, p. 1). Inserindo-se no discurso patriótico e de novo homem em voga, Fernando do Ó aponta a educação como maior problema do Brasil, dessa maneira, atribui a importância desse olhar sobre a infância e a juventude como forma de garantir o previsto em sua constituição.

Suas análises, a partir de então, assumem uma perspectiva sociológica. Partindo da teoria do advogado Pontes de Miranda, busca elementos para compreender a sociedade. Assim, para o entendimento do desenvolvimento de uma nação, deve-se considerar seu aspecto militar e educacional. Por isso, o tamanho geográfico não representa a grandiosidade de uma nação. Sustentando que a sociologia oferece leis inflexíveis, Fernando do Ó infere que o processo educacional assim precisa ser norteado por leis científicas como ocorre nas organizações militares. E conclui nos seguintes termos: “Dar ao povo o máximo de instrução na época oportuna e hábil mais representa que cuidar uma grandeza da dimensão social, um dos grandes fatores de eficiência das forças sociais de determinada nação” (Ó, 1938a, p. 4).

Essa postura torna-se incisiva em relação às políticas públicas quando o autor escreve: “O erro da directriz educacional, mormente no quadrante pedagógico, na phase escolar a quem elaborou programas de ensino, empíricos, anti scientificos, sem o estudo prévio dessa dimensão social” (Ó, 1938a, p. 4).

A partir de então, passa a defender uma escola contextualizada à realidade da sociedade, que preparasse a criança para as lutas do dia a dia. Nesse sentido, cita o exemplo das Escolas Cooperativas, em que a prática pedagógica iria inserir o aluno na vida de material escolar. E enfatiza que: “Urge que saia da escola que preparada para

vencer, conhecendo tantas coisas que não se aprende em quase todas as escolas do Brasil” (Ó, 1938a, p. 4).

Portanto, a educação ganharia uma dimensão peculiar de educação para vida, e resume nos seguintes pontos:

A criança precisa saber como se portar na rua, desviar-se de um veículo, tomar um bonde, sair do cinema, conservar sua saúde. É preciso que saiba de tantas outras coisas que desgraçadamente não se ensina na escola. E finaliza que os responsáveis pela educação dos brasileiros cumpram o seu dever (Ó, 1938a, p. 4).

Percebemos o peso atribuído por Fernando do Ó por parte da educação enquanto analista de políticas públicas criadas ao longo desse contexto. E que trazem a sua perspectiva de relação com o Estado. Tal visão assistencialista é reforçada em texto acerca da criação do Conselho Científico de Serviço Social. Nesse sentido, o mesmo apresenta tais posicionamentos: “Ao Estado cumpre reajustar aqueles que lançados na vida, não tiveram endereços exactos ou que o foram em condições precárias de tempo e meio. O Homem mal ajustado é positivamente um futuro mal ajustado” (Ó, 1938b, p. 3).

Fernando do Ó interpretou tais ações com entusiasmo e expectativa, inserindo-os numa lógica de processo evolutivo, de um caminho linear e progressista do Estado Brasileiro. E conclui que “É o paiz marchando para o estado Científico” (Ó, 1938b, p. 3). Percebemos o recorrente uso de conceitos racionalistas e cientificistas das escolas sociológicas, assim, deparamo-nos com outro aspecto recorrente em seu pensamento: o elogio à ciência como regeneração dos seres humanos. E como tal categoria assume interpretações da lógica de disputa religiosa.

Diante do apresentado, é possível inferir o embate de perspectiva de mundo, de alternativa frente ao mundo social. A indefinição de aspectos conceituais demonstra a conexão entre campos religioso, educacional e político. E interessa-nos o quanto Fernando do Ó passou a simbolizar essa tensão enquanto intérprete e agente dos conflitos no âmbito disputa, mesclando elementos de alternativa e uma concepção de nação. Nessa lógica, como elemento disciplinador e do progresso, insere a educação como parte integrante de sua atuação enquanto liderança espírita no âmbito das disputas religiosas do presente período.

Logo, é possível relacionar tal atuação ao contexto mais amplo quando maçons, espíritas, protestantes, livres-pensadores com sua originalidade e especificidade filosófico-doutrinária e religiosa, demonstraram a complexidade e peculiaridade do final

do século XIX e meados do século XX. Defensores da racionalidade, do cientificismo, republicano tais agentes eram portadores de um projeto social em oposição ao tradicionalismo da Igreja Católica (SILVA, 2009). Sob essa ênfase modernizadora e liberal, questionaram certos conceitos em voga como Estado, os limites do público e do privado, da religião, ciência e política, e apoio ao ensino laico, gratuito e de dever do Estado.

Fernando do Ó acreditava num Brasil diferente do que testemunhava. Tal prerrogativa implicava combater o materialismo, o egoísmo e o individualismo triunfante. Sua postura de política inseria o Estado enquanto elemento capaz de conceder leis que propiciassem a liberdade e o direito a todos. No mesmo sentido, a educação era base da construção desse novo homem. A distribuição da riqueza viria responder as abnegações históricas da política para com seu povo, legitimando uma postura de progresso, disciplinado da ignorância, traduzindo, assim, o patriotismo e o sentido da nação de Fernando do Ó em consonância com as discussões que presenciamos durante as reformas engendradas pela política Vargasista.

Fernando do Ó deixou-nos marcas de seu pensamento liberal, espírita, acadêmico da Faculdade de Direito de Pelotas. Assim, tais vestígios confirmam o lugar social de onde fala e seu combate ao projeto católico de reconquista da sociedade brasileira pós-1891. Buscamos, a partir disso, capturar as práticas culturais do sensível, as apreensões da realidade desses homens e mulheres (ISAIA, 2010), daqueles talvez silenciados frente a uniformização de nação brasileira católica.

## Referências

- ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ALVES, Márcio Fagundes. *A reconstrução da identidade nacional na Era Vargas: práticas e rituais cívicos e nacionalistas impressos na cultura do grupo escolar José Rangel – Juiz de Fora, Minas Gerais (1930-1945)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- ANDREOTTI, Azilde Lina. Administração Escolar na Era Vargas (1930-1945). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. Especial, p.102–123, ago. 2006.
- BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 137-166.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 3. Ed. Campinas: Papius, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Editorial. Montessor, 2002

BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República*. Tese (Doutorado em Estudos históricos latino-americanos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino-Americanos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

CARDOSO, Edmundo. *História da Comarca de Santa Maria*. Santa Maria: Imprensa da UFSM, 1978.

CORRÊA, Fernando A. R. *Fernando do Ó: a caminho da luz*. Santa Maria: 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Vol. 1

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 489-558. Vol. 4.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

\_\_\_\_\_. Transe Mediúnico e Norma Médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro da Primeira Metade do Século XIX: o olhar de Xavier de Oliveira. *Esboços (UFSC)*, Florianópolis, v. 17, p. 31-50, 2010.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos. Notas sobre a educação nacional na “Era Getuliana”. *História da Educação*, Pelotas, v. 3, n. 6, out. 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.3, p. 3-15, 1989.

SAVIANI, D. [et al]. *O Legado educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena e COSTA, Vanda (orgs.). *Tempos de Capanema*. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. A Política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 134, n. 1, p. 108-127, 1986.

SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais “A Lanterna” e o “Livre Pensador” (1900-1909). In: ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs.). *Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 87-101.

SILVA, Marcos José Diniz. *Moderno-espiritualismo e espaço público republicano: maçons, espíritas e teosofistas no Ceará*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1987.

XAVIER, L. N. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, v. 30, n.2, p. 105-120, 2005.

## Fontes Documentais

- PELO Espiritismo. *Diário do Interior*, Santa Maria, 2 abr 1933, ano XVII, n, 72, p.1.
- O FIM da Greve dos Ferroviários. *Diário do Interior*, Santa Maria, 5 dez. 1936, ano XX, n, 38, p. 2. AHMSM, Santa Maria.
- Ó, Fernando Souza do. Escolas Complementares. *Diário do Interior*, Santa Maria, 5 dez. 1931, ano XVI, n, 276, p. 3. Casa Edmundo Cardoso, Santa Maria.
- \_\_\_\_\_. Faculdade de Educação, Sciencia e letras. *Diário do Interior*, Santa Maria, 12 dez. 1935, ano XX, n, 272, p. 1. AHMSM, Santa Maria.
- \_\_\_\_\_. Faculdade de Educação, Sciencia e letras – suas finalidade. *Diário do Interior*, Santa Maria, 14 dez. 1935, ano XX, n, 272, p. 1 AHMSM, Santa Maria.
- \_\_\_\_\_. Crusada Nacional de Educação. *Diário do Interior*, Santa Maria, 31 mar. 1936a, ano XXI, n, 75, p. 1 AHMSM, Santa Maria.
- \_\_\_\_\_. Crusada Nacional de Educação. *Diário do Interior*, Santa Maria, 1 abr. 1936b, ano XXI, n, 76, p. 1. AHMSM, Santa Maria.
- \_\_\_\_\_. Faculdade de Educação, Sciencia e letras. *Diário do Interior*, Santa Maria, 18 dez. 1936c, ano XXI, n, 274, p. 1. AHMSM, Santa Maria.
- \_\_\_\_\_. O maior problema. *Diário do Interior*, Santa Maria, 26 nov. 1937 ano XXVI, n, 262, p. 1. AHMSM, Santa Maria.
- \_\_\_\_\_. Ensaios Sociológicos IV. *Diário do Interior*, Santa Maria, 26 set. 1938a, ano XXIII, n, 202, p. 4. AHMSM, Santa Maria.
- \_\_\_\_\_. Ensaios Sociológicos VII. *Diário do Interior*, Santa Maria, 12 nov. 1938b, ano XXIII, n, 241, p. 3. AHMSM, Santa Maria.

## Notas

<sup>1</sup> Entendemos como grupo organizado em torno da doutrina codificada por Alan Kardec.

<sup>2</sup> A coleção do jornal não está completa, usamos o que estava disponível no acervo do Arquivo Histórico de Santa Maria (1932-1939) e na Casa de Memória Edmundo Cardoso (1930-1932). Ainda sobre as fontes, mantivemos a escrita original. Segundo Marta Borin (2010), o *Diário do Interior* foi criado em 1911, sendo a primeira folha de propriedade do anglicano Alfredo Rodrigues da Costa. Era um jornal independente e sem cores políticas, e buscava reforçar a modernidade que chegara com o trem na cidade. Voltado para temas como política, sociedade e cena internacional, a Seção Telégrafo, por exemplo, veiculava notícias do estado e do país, ao mesmo tempo em que veiculava notícias de outros periódicos, como o *Diário Carioca* e o *Diário da Noite*. Assim, delineamos esse espaço como o lugar social de atuação de Fernando do Ó. Nele presenciamos análises de obras de arte, de filosofia, de literatura e política, isto é, o agente social falando do seu tempo histórico. Mantivemos a escrita original das fontes.

<sup>3</sup> Sobre isso inferimos um conjunto de disputas de memória do movimento espírita, o que de certa forma remete a construção de defensor e intelectual espírita. Essa memória evoca silêncio e esquecimento, ou seja, lutas de representações sobre o sujeito espírita.

<sup>4</sup> Participou da fundação da Escola de Teatro Leopoldo Fróes, em 1943, juntamente com Edmundo Cardoso. Atuou, inclusive, como crítico de peças teatrais. Ver Corrêa (2004).

<sup>5</sup> Ver: (FERREIRA; PINTO, 2008).

<sup>6</sup> Fernando do Ó foi candidato a deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1934 pela Liga Pró-Estado Leigo. Em nossa análise, confrontamos as disputas religiosas do presente momento. Nesse sentido, em oposição às elites católicas, a Liga Pró-Estado Laico defendia o estado laico e a liberdade religiosa. É a partir desse momento que Fernando do Ó é alçado à condição de inimigo católico na cidade de Santa Maria. O pleito ocorreu em 3 de maio de 1933, e o candidato obteve cerca de 1696 votos, sendo a Liga Pró-Estado Leigo a menos votada na cidade de Santa Maria.